



Índice

- 01** Comunidades revelam o descaso e a falta de políticas públicas
- 02** 'Encontro Nacional de Agroecologia' discute temas como acesso às sementes, contaminação e saúde e reforma agrária
- 03** Até na Justiça, candomblé é alvo de intolerância
- 04** "Sobreposição" de conceitos prejudicam processos quilombolas
- 05** Dados sobre impactos da irrigação serão apresentados no III ENA
- 06** Do Verde ao Turvo
- 07** Solidariedade à luta dos Kaingangs!
- 08** ES – Manabi repete discurso de empregos para implantar porto e mineroduto no Estado
- 09** Quem faz uma porção de ações que a direita não tem coragem de fazer?, por Leonardo Sakamoto
- 10** Por que o Brasil não consegue determinar o lugar do indígena na sociedade
- 11** Justiça Federal de Brasília revoga liminar que obrigava usinas do Madeira a dar assistência a ribeirinhos em Rondônia
- 12** Saúde dos povos indígenas é tema de workshop promovido por grupo da UFSCar
- 13** Comunidade indígena Krahô recebe escola revitalizada



-
- 14** Delcídio e Biffi pedem ao governo federal mais 6.900 casas para MS
 - 15** Quilombolas avaliam políticas públicas em Brasília
 - 16** Nota de docentes e discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de Pelotas em Apoio ao Povo Kaingang
 - 17** Projeto protege patrimônio cultural indígena na Amazônia
 - 18** Autoridades ignoram situação dos Mapuche em greve de fome
 - 19** Índios aguardam agendamento de encontro com ministro da Justiça no RS
 - 20** Cacique formado na USP sonha com mestrado para ser referência
 - 21** Portal na entrada de Luciara faz homenagem a comunidade indígena
 - 22** Participe da campanha "Eu viro carranca pra defender o Velho Chico" !
 - 23** Povos do Cerrado debaterão sobre terra, biodiversidade, água e cultura em evento
 - 24** MPF realiza amanhã, 20, audiência pública sobre impactos de projeto de irrigação em comunidades tradicionais de Xique-Xique
 - 25** Análise de conjuntura da CNBB sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais
 - 26** Conflitos socioambientais aumentam na Amazônia
 - 27** Lideranças indígenas realizam o Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas
 - 28** Análise de conjuntura da CNBB sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

-
- 29** [Presidente da CNA reúne-se com ministro da Justiça para discutir invasão de terras produtivas por indígenas](#)
 - 30** [Liderança indígena terena sofre atentado a tiros em aldeia no interior de MS](#)



Comunidades revelam o descaso e a falta de políticas públicas

SÍTIO SURGIU, 16.05.2014

As terras ainda não estão regularizadas e as ameaças de perderem tudo tem sido constantes

A equipe do Projeto Defensoria Quilombola visitou os municípios de Natividade, Chapada da Natividade e Conceição do Tocantins para conhecer de perto a realidade das comunidades rurais onde vivem remanescentes quilombolas. Em cada uma delas a revelação de que falta muito para que essas pessoas tenham os direitos assegurados e o mínimo de infraestrutura necessária para uma vida digna.

Além da Defensoria Pública, por meio dos Núcleos de Ação Coletivas e Defensoria Agrária (equipe composta dos Defensores Públicos e Servidores), participaram das visitas e reuniões representantes da ATS – Agência Tocantinense de Saneamento, Semades – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Itertins – Instituto de Terras do Tocantins, Ruraltins e Secretaria Estadual de Defesa Social, com a intenção era saber dessas instituições o que estava sendo feito e qual o planejamento para atender essas comunidades.

Comunidade Água Branca e Matões

Localizada na zona rural do município de Conceição do Tocantins, o acesso é por estrada de terra, onde buracos e erosões impõem o atraso e as dificuldades aos moradores do local.

A energia elétrica já existe em algumas moradias. Foram anos de expectativas, já não acreditavam que ela viria, mas desde o ano passado os fios e postes começaram a chegar e, com isso, o início de melhorias de vida. Falta água. São várias caminhadas embaixo do sol quente para trazer até as casas de adobe e palha o líquido essencial à vida.

As terras ainda não estão regularizadas e as ameaças de perderem tudo tem sido constantes. E por ali, depois de descobrirem novas formas de plantio e receberem as orientações necessárias para uma boa produtividade, o receio de sair da área aumenta mais ainda.

As crianças estão na escola, mas para isso enfrentam situações adversas, como caminhar quilômetros, beber água sem tratamento algum e até fétida, merenda escolar insuficiente, tudo isso suportado pelos meninos e meninas para terem dias melhores que os pais.

A lavradora Luiza Francisco de Jesus de França, 66 anos revela: “Não era isso que desejava pra minha vida, mas foi o que o destino me encaminhou, temos sofrido muito aqui nesse mais de 20 anos de moradia. Sonho com o dia em que isso tudo será apenas uma lembrança”.

CONT.



Comunidade São José

Mais de 50 pessoas participaram da reunião promovida na Comunidade São José. Ali não foram poucos os relatos da falta de políticas públicas. "A estrada melhorou nessa última semana quando souberam que vocês vinham até aqui. Só quando alguma autoridade olha por nós é que acontece alguma coisa", contou o presidente da Associação da Comunidade, Lourenço Almeida.

Os moradores relataram que chegaram a receber casas do Programa Minha Casa Minha Vida Rural; eles nem se mudaram e as construções já apresentam vários problemas. "Olha isso aqui: o forro do banheiro tá caindo, as telhas já estão quebradas e molhando tudo por dentro; no banheiro a água demora um dia inteiro para secar e às vezes fica voltando, nem parece que está tudo novinho; meu irmão não mudou ainda por conta desses problemas", relata Luiza Dias Furtado, 58 anos.

Outra dificuldade encontrada é em relação à água. Não existe rede de abastecimento, a solução são poços artesianos e ainda utilizar uma encanação improvisada e através da gravidade puxar a água de pequenas reservas. Sem o tratamento adequado usam tanto para a lavoura, como para as atividades domésticas.

Chapada de Natividade

A Escola Municipal Marcolina Pinto Roberto recebeu a comunidade e representantes do Município para a palestra sobre direitos e garantias da população. Na ocasião foi repassado o que era a Defensoria Pública do Tocantins, qual o papel dos Defensores Públicos e em quais áreas atuam. Além de relatar a situação encontrada nas comunidades visitadas por Servidores e Membros da Instituição, esclarecerem dúvidas e se colocaram a disposição para atendimentos de demandas.

Comunidade Redenção

Um povo simples e de sorriso no rosto recebeu a equipe da Defensoria Pública do Tocantins e parceiros. O linguajar simples, mas uma vontade aguerrida de mudar de vida.

Ali os Defensores Públicos explicaram quais os objetivos do "Defensoria Quilombola", que não é de prometer benefícios, mas sim de cobrar que as políticas públicas cheguem a todos. Ressaltaram que a intenção é conhecer a fundo a realidade de cada comunidade e a partir dessas demandas, informar e cobrar dos órgãos públicos e administrações federal, estadual ou municipal os atendimentos dos direitos das pessoas.

Dona Mercês Cardoso desabafou: "A água já deveria ter chegado aqui, prometeram, prometeram e por fim chegaram essas cisternas aí. Vamos ver agora se até o fim de 2014 elas começam a funcionar, conforme a pessoa da agência está dizendo, e agora sabendo que podemos procurar a Defensoria Pública fica mais fácil cobrar essas promessas".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

Na comunidade, os alunos que estudam a tarde tem que sair das suas casas por volta das 11 horas da manhã, isso porque a Escola não fica na localidade e é preciso percorrer um longo trajeto tanto para buscar as crianças em todas as casas, como para ir à escola.

Encaminhamentos

Todos os relatos dos moradores vão subsidiar as atuações do NAC e do DPAGRA para requisitar informações aos gestores municipais e estaduais e solicitar que as soluções sejam implementadas, possibilitando as pessoas que vivem nessas comunidades o direito à vida com dignidade.



'Encontro Nacional de Agroecologia' discute temas como acesso às sementes, contaminação e saúde e reforma agrária
SÍTIO ALAGOAS BOREAL, 18.11.2013

Evento que começou nesta sexta-feira (16) e segue até segunda-feira (19) reúne em Juazeiro (BA) cerca de duas mil pessoas, sendo 70% delas agricultores

Redação

Começou nesta sexta-feira (16), em Juazeiro (BA), o "3o Encontro Nacional de Agroecologia", cujo slogan é "Cuidar da Terra, alimentar a Saúde e cultivar o Futuro". O evento, que segue até segunda-feira (19), reúne cerca de duas mil pessoas. Segundo a Comunicação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que apoia a iniciativa da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 70% desse público é de agricultores, que se dirigiram à cidade baiana para participar dos seminários, debates e atividades culturais propostos pelo encontro que coincide com o "Ano Internacional da Agricultura Familiar" e também com o "Ano do Brasil Orgânico Sustentável".

A diretora de Extrativismo do MMA, Larisa Gaivizo, participa das reuniões com o objetivo de apresentar, durante o seminário sobre sociobiodiversidade, "experiências exitosas como a da Unidade de Conservação do Médio Juruá, na Amazônia, relatada pelo próprio extrativista Manoel Cunha". Larissa informa que o MMA apresentará, também, o edital do Fundo Amazônia "Ecoforte", que oferece um montante de R\$ 7 milhões para extrativistas.

Segundo o MMA, a programação do evento deve responder a seguinte pergunta: "Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?".

"Haverá feira com produtos agroecológicos da agricultura familiar e das populações tradicionais de todo o país, palestras com intelectuais brasileiros e estrangeiros, além um show na noite de sábado (17). Estão em pauta temas como o acesso universal e livre às sementes em contraposição aos transgênicos; agrotóxicos, contaminação e saúde; reforma agrária e direitos territoriais; acesso a mercados locais e institucionais; agricultura nas cidades e ainda os direitos das mulheres e à comunicação", informa a Comunicação do ministério.

No final do encontro – que acontece na Universidade Federal do Vale São Francisco (Univasf) –, uma carta política sobre as demandas do movimento agroecológico será entregue aos representantes do governo.



Até na Justiça, candomblé é alvo de intolerância

SÍTIO CARTA CAPITAL, 17.05.2014

Para Justiça Federal do Rio, candomblé e umbanda deveriam ter um texto sagrado como fundamento e venerar a uma só divindade suprema. Por Jean Wyllys

A intolerância religiosa e os preconceitos em relações ao candomblé e à umbanda sempre infiltraram os poderes da República e as instituições do Estado que se pretende laico. E talvez pelo fato de essa infiltração ter sido sempre negligenciada, apesar dos seus efeitos nocivos, ela tenha feito desabar um cômodo do Judiciário: a Justiça Federal do Rio de Janeiro definiu que umbanda e candomblé "não são religiões". Tal definição - que mais se parece com uma confissão pública de ignorância - se deu em resposta a uma decisão em primeira instância do Ministério Público Federal que solicitou a retirada, do Youtube, de vídeos de cultos evangélicos neopentecostais que promovem a discriminação e intolerância contra as religiões de matriz africana e seus adeptos, já que o Código Penal, em seu artigo 208, estabelece como conduta criminosa, "escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso".

Em vez de reconhecer a existência da ofensa - e não há dúvida para qualquer pessoa com um mínimo de discernimento e senso de justiça de que a ofensa existe - a Justiça Federal do Rio de Janeiro desqualificou os ofendidos; considerou que não "há crime se não há religião ofendida". Para tanto, a Justiça Federal do Rio conceituou umbanda e candomblé como cultos a partir de dois motivos absolutamente esdrúxulos (ou seria melhor dizer a partir de dois preconceitos?): 1) candomblé e umbanda deveriam ter um texto sagrado como fundamento (aqui a Justiça Federal ignora completamente que religiões de matriz africana são fundadas nos princípios da transmissão oral do conhecimento, do tempo circular, e do culto aos ancestrais); e 2) candomblé e umbanda deveriam venerar a uma só divindade suprema e ter uma estrutura hierárquica (aqui a Justiça Federal do Rio atualiza a percepção dos colonizadores do século XVI de que os indígenas e povos africanos não tinham fé, não tinham lei nem tinham rei). Pergunto: Há, na decisão da Justiça Federal, pobreza de repertório cultural, equívoco na interpretação da lei ou cinismo descarado?

A decisão judicial fere claramente dispositivos constitucionais e legais, além de violar tratados internacionais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose da Costa Rica, ratificada pelo Brasil em 1992 e que dispõe sobre a garantia de não discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões, políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. Esse pacto diz ainda que o direito à liberdade de consciência e de religião implica na garantia de que todos são livres para conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como na liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado. A Convenção

CONT.



Americana sobre Direitos Humanos afirma que ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações existentes em leis e que se mostrem necessárias à proteção da segurança, da ordem, da saúde ou da liberdade.

Ou seja, se há uma liberdade religiosa a ser limitada é a daquelas religiões que usam dos meios de massa para difamar e promover a intolerância contra outras religiões e divulgam práticas que põem em risco a saúde coletiva, como pedir que pessoas abandonem tratamento de câncer ou aids em nome de orações!

Ao ratificar esse Pacto, o Brasil assumiu desde 1992 o papel de um país que tem a obrigação de respeitar direitos. Infelizmente, o Poder Judiciário, que tem a função de "dizer o direito", de aplicar as leis, assim não o fez, simplesmente negando a interpretação dos ditames constitucionais e disposições supranacionais de direitos humanos.

Já foi noticiado que o Ministério Público Federal recorreu dessa decisão, mas precisamos ficar atentos a essas manobras que perseguem, acuciam e tentam destruir o que não está de acordo com o que o fundamentalismo religioso determina como correto. E não resta dúvida de que essa decisão judicial é fruto do fundamentalismo religioso que avança sobre os poderes da República. Não podemos nos esquecer de que todos estamos sob a garantia de que podemos promover reuniões livremente para realizar cultos de qualquer denominação - um direito individual e coletivo previsto na Constituição Federal, artigo 5º, inciso VI.

O ataque à umbanda e ao candomblé é também um ataque de viés racista por se tratar de religiões praticadas sobretudo por pobres e negros. Mas é, antes, uma disputa de mercado. O que os fundamentalistas pretendem com os ataques à Umbanda e ao Candomblé é atrair os adeptos - e, logo, o dinheiro deles - para suas igrejas. E como vivemos sob uma cultura cristã hegemônica, que se fez na derrição e repressão das religiões indígenas e africanas, é óbvio que as igrejas fundamentalistas levam a melhor nessa disputa de mercado e em suas estratégias de difamação.

O que esperamos do Judiciário é o mínimo de justiça que possa colocar freios à intolerância e à ganância dessas igrejas e seus pastores; e possa assegurar a pluralidade religiosa pautada no respeito e sem hierarquias entre as religiões.



“Sobreposição” de conceitos prejudicam processos quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.05.2014

Por Daiane Souza

“Os territórios quilombolas não sobrepõem as áreas de conservação, eles compõem essas áreas”, defendeu nesta segunda-feira (12), Mariana Balen da Universidade Federal da Bahia (UFBA), durante o Seminário Comunidades Quilombolas no Processo de Licenciamento Ambiental, promovido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em Brasília.

No painel Componente quilombola no Processo de Licenciamento Ambiental, a antropóloga afirmou que a separação entre os conceitos de áreas de preservação ambiental e de espaços ocupados pelos remanescentes quilombolas são o principal empecilho quando os assuntos são a demarcação e a titulação desses territórios, além dos processos de Licenciamento Ambiental. “Vêm tratando essas áreas a partir dos conceitos competentes a cada órgão como se fossem diferentes assuntos, mas estamos falando de um mesmo espaço”, disse.

Segundo ela, essas divisões e as diferentes formas de tratar o que é relacionado aos territórios denominados quilombolas atrasam ainda mais processos que, por serem burocráticos, já são muito morosos.

Mariana chamou a atenção, ainda, para as situações em que o Licenciamento fere para com as políticas públicas existentes nas comunidades remanescentes de quilombos. “Muitas comunidades já foram gravemente afetadas em nome dos grandes empreendimentos. Como é que Licenciamento não tem a ver com políticas públicas?”, questionou.

Diálogo - Alexandre Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro (DPA) da FCP, reforçou a fala de Mariana alertando que muitas questões já deixaram de ser resolvidas por falta de entrosamento entre os órgãos governamentais. Ele atribui a uma falha de comunicação o fato de a instituição ser convidada a participar dos procedimentos de Licenciamento Ambiental apenas em suas últimas etapas, quando surgem desconfortos entre quilombolas e empreendedores.

“A Fundação Cultural Palmares não é uma mediadora de conflitos, porém vem cumprindo esse papel na maioria dos casos de Licenciamento”, explicou Reis, enfatizando que é um dever a participação da instituição em todo o processo. “É obrigação da Palmares é defender as comunidades impactadas, porém quando esse espaço não é dado, quem fica no prejuízo são os quilombolas”, completou.

Educação – Ivan Telles, vice-presidente da Ecology Brasil, destacou que outros obstáculos para o Licenciamento são possibilitados por fatores como a Autodefinição em processo no momento dos estudos ambientais, o agravamento de conflitos e impasses jurídicos. Porém, um que chama a atenção é o caso das linguagens técnicas que os quilombolas desconhecem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

Telles recorda que a participação das comunidades quilombolas no Licenciamento é essencial e que para isso o diálogo é fundamental. "É necessário trabalhar uma linguagem clara que atenda tanto aos quilombolas, quanto aos empreendedores. Todos devem compreender e participar das etapas do processo", disse.

Ele acredita que o processo de Licenciamento proporciona a educação do empreendedor para a questão quilombola abrangendo as dimensões econômica, cultural, social e principalmente ambiental.



Dados sobre impactos da irrigação serão apresentados no III ENA
SÍTIO IRPAA, 17.05.2014

O uso de agrotóxicos traz inúmeros malefícios para consumidores, trabalhadores das lavouras e moradores nos entornos da área de produção. Contudo, mesmo frente a essa conjuntura, o agronegócio e sua bancada ruralista continuam em expansão. Pesquisas apontam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no planeta. Pensando nisso, o III ENA - Encontro Nacional da Agroecologia traz diversas atividades que versam sobre o assunto e, como norte, busca respostas quanto ao "por quê a sociedade deve apoiar a agroecologia".

É nesse contexto que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental lança neste sábado (17), às 19h30, durante as atividades do III ENA, na Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Juazeiro-BA, o dossiê "Perímetros Irrigados: 40 anos de violação de direitos no semiárido". O documento denuncia as mazelas do agronegócio e a ofensa a direitos fundamentais do cidadão cometidos por alguns perímetros irrigados nos estados de Ceará e Rio Grande do Norte.

Desenvolvido por pesquisadores da área de geografia, história, direito, meio ambiente e saúde de cinco universidades, o estudo nasceu a partir de uma demanda apresentada pelo movimento 21, que reúne coletivos de lutas sociais, como MST, CPT e Cáritas. "A articulação com estes grupos organizados foi essencial para a levantar os estudos de caso, que apontaram a terra/território, água, saúde, meio ambiente, trabalho digno, participação política e a questão cultural, como sendo os principais direitos desrespeitados", afirmou Raquel Rigoto, uma das autoras do dossiê e representante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e da Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

Professora de medicina da Universidade Federal do Ceará, Rigoto conta que um dos objetivos da obra é levantar dados e insumos para subsidiar os movimentos sociais na batalha por uma lei mais justa. A política nacional de irrigação, ratificada pela presidenta Dilma Rousseff, é direcionada para o grande empresário, beneficiando apenas um setor da sociedade: o agronegócio.

Outro impacto dessa ação são os problemas ocasionados pelo uso abusivo do agrotóxico. A publicação denuncia, por exemplo, que a taxa de mortalidade por câncer nessa região é 38% maior do que nos municípios em que só há agricultura familiar. No Nordeste, são 38 perímetros irrigados e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) propõe uma expansão nessa área em 393 mil hectares, para o qual o governo destina 7 bilhões de reais.

Sobre o ENA

O III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), que tem como lema "Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde, Cultivar o Futuro", reúne entre os dias 16 e 19 de maio, em Juazeiro, cerca de 2 mil pessoas de todo o país, dentre elas 70% agricultoras e agricultores, e diversos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

segmentos da sociedade, participação de seminários, debates e atividades culturais. Encontros como este são espaço de organização e pressão política fundamentais para a expressão democrática de uma significativa parcela da sociedade brasileira.

O evento organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com a participação de diversas entidades que compõe esta rede, além de movimentos sociais do campo, da saúde, da economia solidária e do feminismo, é o resultado de um processo de mapeamento e visita a experiências concretas por meio de Caravanas Agroecológicas e Culturais, que começaram em 2013. Saiba mais pelo hotsite: <http://enagroecologia.org.br>.

Serviço

O que: III Encontro Nacional da Agroecologia (III ENA)

Quando: De 16 a 19 de maio

Onde: Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Bahia

Texto: Leticia Campos e Maria José Viana/ Ascom ENA



Do Verde ao Turvo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.05.2014

Essa “poesia inexplicável” chega a ser criativa de tão confusa. Vão criar ponto de pesca pra quem não pega mais peixe, geleira pra quem não tem mais o que conservar e construir sedes pra quem não tem mais onde atuar.

Por Jéssica Portugal, militante do MAB em Altamira

“Se procurar bem você acaba encontrando.

Não há explicação (duvidosa) da vida,

Mas há poesia (inexplicável) da vida”

(Carlos Drummond Andrade)

Não foi à toa que essa gente do Xingu se reuniu mais de uma vez para tentar entender os rumos que a Norte Energia vai tomar pra “resolver” a vida das dezenas de pescadores que não tem mais de onde tirar o sustento.

As águas do Xingu sempre foram verdes e apropriadas para enxergar o Acari durante o dia e para escurecer o reflexo da lua durante a noite (por que na claridade quase não se pesca direito). Hoje (depois “dessa tal de Belo Monte” que esbanja luz por toda a Transamazônica) não se pega mais peixe à noite e nem se enxerga nada durante o dia. A cor da água, antes esverdeada, agora é turva, escura, suja e poluída.

Seu Francisco da Silva até que se preparou bem para atuar como “empreendedor da pesca”. Fez três cursos técnicos de piscicultura e participou de dois seminários regionais de pesca, mas nem ele, nem dona Maria, e nem um pescador que tenha todo o conhecimento do planeta vai conseguir pegar peixe por um bom tempo no rio Xingu! E olhe lá se vai conseguir pegar alguma coisa algum dia por aqui.

Por “sorte do destino” os pescadores que moravam no Km 55, na vila Santo Antônio, onde o Xingu fazia aquela volta tão grande que o povo falava, foram remanejados e receberam um dinheirinho que deu pra ficar feliz por uns tempos. Mas só alguns receberam, e os que não quiseram dinheiro mas preferiram as casas ainda não receberam a moradia. O único problema nisso tudo é que os que não receberam as casas não tem mais pra aonde ir, e nem podem mais “voltar” para vila da “Volta”, que não dá mais “volta” alguma, por que foi desviada e agora está reta.

E enquanto a empresa construtora de Belo Monte funciona a todo vapor, seu Francisco, dona Maria e as centenas de pescadores que uma vez ou outra ocupam os canteiros para exigir o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

que lhes foi tirado, vão se virando como podem (e como não podem também) pra sobreviver em Belo Monte. Sobrevivência essa que está cada vez mais difícil, por que as serrarias (que embora ilegais, eram as únicas opções de trabalho) hoje estão fechadas. A pesca que antes garantia mais de 100 kg de peixe por mês, hoje não passa de 10kg por dia (e nem dá pra suprir a gasolina, o isopor e o gelo que são gastos) e a sub sede da prefeitura de Vitória do Xingu que funciona no distrito não consegue mais garantir emprego pra população por causa do superlotação de pessoas.

O que é poesia a gente até aceita que não se explique, que fique na beleza do sonho. Mas a vida de dona Débora, que saiu da Ilha de Xocaíque e que hoje mora em Belo Monte e sobrevive da Bolsa Família dos filhos, tem que ser explicada, tem que ser revisada e tem que ser resolvida. Não dá pra ficar na dúvida.

O Rio pode estar turvo, mas a luta dessa "gente simples" é verde clara da cor do Xingu e da esperança, e pra quem não tem nada a perder, TUDO SE GANHA!

Solidariedade à luta dos Kaingangs!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.05.2014



A Assembléia do dia 14 dos estudantes que ocupam a Reitoria da UFRGS aprovou apoio aos povos indígenas, quilombolas e periferia em luta por seus territórios. Há alunos kaingangs que não podem voltar para casa devido a guerra movida por racistas, agronegócio, especulação imobiliária jagunçagem no norte do RS. Aldeias sitiadas pelo exército e polícia federal, indígenas atropelados nas estradas e mortos a pauladas, ofensas e discriminações diárias e nos meios de comunicação regional (como a Rádio Uirapuru, Jornal oeste catarinense e o Alto Uruguai) impedem a volta regular para suas famílias deixando-os sem recursos e isolados.

Solidariedade á luta dos Kaingangs!



ES – Manabi repete discurso de empregos para implantar porto e mineroduto no Estado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.05.2014

Empresa sequer recebeu a licença prévia do Ibama, mas não tem dúvidas de que concluirá seu objetivo

Any Cometti, Século Diário

Mais um empreendimento portuário que ainda não recebeu licença para se instalar no Estado utiliza a mídia corporativa para se promover, com base no discurso de geração de empregos e desenvolvimento. A Manabi, que pretende implantar um porto e um mineroduto em Degredo, Linhares, norte do Estado, intensificou sua campanha para eliminar resistências ao seu projeto e, desta forma, acelerar o processo de licenciamento no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os anúncios da empresa vêm antes mesmo dela receber a licença prévia para seus projetos.

Nessa quinta-feira (16), a Manabi, empresa brasileira de mineração e logística anunciou, no jornal A Tribuna, a criação de 2.250 empregos, sendo 1.500 na fase de obras e o restante em sua operação; além de outros 5.500 funcionários para a obra e 150 para as operações do mineroduto que ligará o Morro do Pilar, em Minas Gerais, ao Porto Norte Capixaba (PNC). A empresa se reúne, nesta sexta-feira (16), com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (Sectti), para detalhamento das vagas de emprego.

A Manabi tenta se aproximar dos pescadores do povoado de Degredo, se dizendo interessada em levantar informações sobre interferências, fragilidades e potencialidades da comunidade, além de apoiar festivais tradicionais, como a Festa da Manjuba, em Povoação, e a Festa do Caboclo Bernardo, em uma clara tentativa de conquistar os impactados e, assim, desmobilizar a luta contra a implantação dos empreendimentos. Na região, há fortes resistências à empresa, que culminaram inclusive com um abaixo-assinado.

Com o porto, as populações tradicionais da região, além de serem obrigadas a conviver com os danos do minério, também perderão a liberdade de uso do litoral do vilarejo de Degredo, restringindo a área de pesca. Os danos do terminal são constantemente comparados à poluição e aos danos ambientais gerados pelos portos da Vale e da ArcelorMittal na Ponta de Tubarão, entre Serra e Vitória. O superporto da Manabi causará danos até mesmo à comunidade de Regência, dada a proximidade do empreendimento com o balneário.

A Associação dos Pescadores da Barra do Riacho e da Barra do Sahy já declarou, reiteradas vezes, que é contra a implantação do empreendimento no local, pois este inviabilizará completamente a pesca na região, impactando cerca de 400 famílias que dependem da atividade. Além disso, a ocupação litorânea pode prejudicar um trabalho de preservação das tartarugas-gigantes, realizado pelo Projeto Tamar há mais de 30 anos.

CONT.



CONT.

A Manabi pretende extrair minério de ferro na região do Morro do Pilar, em Minas Gerais, e transportá-lo por meio de um mineroduto até o seu Porto Norte Capixaba (PNC), gerido pela subsidiária Manabi Logística, que deverá escoar a matéria-prima extraída. Além do porto, o mineroduto da Manabi cortaria, no Estado, os municípios de Marilândia, Colatina, Baixo Guandu e Linhares, passando por pequenas propriedades de agricultores.

Em março deste ano, a prefeita Darcira de Souza Pereira (PT), do município de Açucena, em Minas Gerais, revogou a anuência para o mineroduto da Manabi S/A. A prefeita visitou as cidades de São Domingos do Prata, Nova Era, Santa Maria de Itabira, Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro, todas localizadas em Minas Gerais, que também estão no caminho para o qual o mineroduto da Manabi está projetado e, nesses locais, encontrou "comunidades revoltadas, indenizações injustas, não geração de emprego local, morte de nascentes, assoreamento das águas, acúmulo de resíduos por toda parte, cidades tomadas pela especulação imobiliária e pela inflação, propriedades dilaceradas, queda na produção agrícola e pecuária, famílias expropriadas, águas contaminadas, erosões por toda parte, paisagens depredadas, aumento da prostituição, queda no atendimento dos serviços públicos, dentre outras mazelas", como denunciaram a Associação Terra Azul e o Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais (FBOMS).

A decisão de não conferir anuência ao empreendimento da Manabi pode impedir o licenciamento prévio do mineroduto, já que Ibama requer, como condição, que todos os municípios afetados estejam em concordância, apesar de o Instituto atuar "lamentavelmente, como uma sucursal de interesses da referida empresa", como retrata a nota.

Em uma audiência pública sobre o empreendimento, realizada em fevereiro último em Linhares, o prefeito de Baixo Guandu, Neto Barros (PCdoB), também se declarou contrário ao empreendimento, que cogita o município como caminho para seu mineroduto.



Quem faz uma porção de ações que a direita não tem coragem de fazer?, por Leonardo Sakamoto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.05.2014

O ministro Gilberto Carvalho afirmou que a esquerda acaba sendo usada pela direita para fazer uma porção de ações que a direita não tem coragem de fazer. A declaração foi registrada pela Folha de S. Paulo em um seminário nesta sexta (16).

Para um leitor desavisado, ele estava fazendo uma crítica à suposta instrumentalização da esquerda pela direita nos protestos relacionados à Copa do Mundo.

Mas, na verdade, ele simplesmente desabafou.

Afinal de contas, deve ser bem difícil para militantes históricos, que sempre empunharam posições de esquerda, levar a reforma agrária a conta-gotas, enrolar populações indígenas desterradas, construir grandes obras (como a hidrelétrica de Belo Monte) sem realizar consultas com a população diretamente envolvida, destinar bilhões para salvar a incompetência de determinadas indústrias poluidoras enquanto promete desenvolvimento de forma sustentável e tratar múmias da ditadura, fundamentalistas religiosos e ruralistas exagerados como se fossem BFF (Best friends forever).

Ou seja, uma porção de ações que a direita tem coragem de fazer, porque possui know-how para tanto. Mas feito por um partido que se autointitula de esquerda, tem um gosto especial na boca de muita gente.

Por que o Brasil não consegue determinar o lugar do indígena na sociedade
SÍTIO ZERO HORA, 17.05.2014



Conflitos entre nativos e agricultores no norte do Estado são sintoma de uma ausência de 500 anos de política para os índios no país

Por Letícia Duarte, em Zero Hora

No imaginário do nosso Brasil brasileiro, índio fica bem numa foto exótica na Floresta Amazônica ou num livro romântico de José de Alencar.

Mas os conflitos recentes no norte gaúcho, que culminaram na morte de dois agricultores em uma área de disputa por terras com caingangues, voltaram a expor o dilema mais real e perverso de um país que há mais de 500 anos ainda tenta descobrir qual é o lugar dos povos indígenas nesta pátria nem tão gentil.

A realidade ecoou crua, com tiros, pedradas e pauladas. Dois irmãos abatidos no fim de abril ao tentarem furar o bloqueio de uma estrada em que indígenas protestavam pela demarcação de terras, na conflagrada Faxinalzinho, de 2,5 mil habitantes. Foi mais um capítulo em um

CONT.



cotidiano de tensão histórico, acirrado pelas oscilações do poder público na política de demarcação de terras em todo o território nacional.

Somente no norte do Rio Grande do Sul, são 14 focos de tensão por disputas territoriais, segundo estimativa do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – e em pelo menos 10 Estados do país a situação é crítica. Em Mato Grosso do Sul, o mais violento foco de conflitos com o agronegócio da soja e da cana-de-açúcar, o número de mortes de indígenas já passa de 300 desde 2004.

Para o historiador da Faculdade Meridional (IMED) Henrique Kujawa, um dos autores do livro *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho: Índios, Negros e Colonos* (Imed, 2013), as razões do tensionamento crescente recaem sobre nossa política indígena, historicamente contraditória. No início do século 20, inspirado pela lógica positivista, o governo de Borges de Medeiros foi pioneiro na demarcação de reservas, instituindo 11 áreas indígenas no norte do Rio Grande do Sul. A partir dos anos 1960, no governo Brizola, as mesmas reservas foram partidas em lotes e vendidas para agricultores. A partir de 1988, a Constituição Federal devolveu todas as áreas originárias aos indígenas, estipulando prazo de cinco anos para a regularização.

No Rio Grande do Sul, durante a década de 1990 foram restabelecidos os limites das áreas indígenas historicamente demarcadas, e os agricultores tiveram que sair das terras que haviam comprado nos anos 1960. Na última década, os indígenas passaram a reivindicar as terras ocupadas por agricultores no início do século 20.

– Tanto indígenas como agricultores ficam como ioiôs, jogados de um lado para o outro. É todo um conjunto de conflito pela posse das terras – observa Kujawa.

Por trás da hesitação dos governos em devolver terras hoje produtivas aos indígenas reside outro imbróglio: o embate entre o modelo desenvolvimentista e uma cultura ancestral que escapa a essa lógica. Assim, no Brasil com pretensões modernas, prevaleceu durante muito tempo a ideia de que o índio deveria ser eliminado ou incorporado à civilização.

– O índio que vive na oca é um espetáculo. Mas na medida em que chega perto, que começa a disputar espaço, vira um obstáculo que atrapalha. O Brasil tem essa obsessão desenvolvimentista que passa por isso, ver índio como atraso. Se chegar no Tocantins, por exemplo, e perguntar se ali tem índio, são capazes de dizer que não. Só diz que tem se não puder esconder – analisa o antropólogo Roberto DaMatta.

No confronto entre essas diferentes visões, o brasileiro se divide entre dois extremos. Em sua dissertação de mestrado em história pela Universidade Federal de Pernambuco, intitulada *O Lugar do Índio: Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)*, o historiador Edson Silva lembra que, na época pós-independência, a imagem do índio foi utilizada como símbolo da nacionalidade deste Brasil emergente à procura de identidade, que tentava se libertar da imagem dos colonizadores portugueses, ganhando impulso épico com a literatura romântica. Já a partir de meados do século 19, com o afã progressista, propagou-se o discurso de que era preciso converter os “bárbaros” índios em “homens civilizados” – e seu não ajustamento à lógica capitalista teria levado os indígenas a

CONT.



serem tachados de preguiçosos, vagabundos. Hoje, o impasse permanece.

– O índio continua com uma representação folclórica e distorcida, que leva a muito preconceito. Temos uma relação esquizofrênica com os índios: se ele está na floresta, é selvagem, provoca medo. Se está no nosso mundo, não são índios. Hoje, segundo estimativas oficiais, 40% dos índios estão urbanizados, e isso significa repensar o lugar do índio na nossa sociedade. Mas ainda existe um não-lugar – analisa Edson.

À medida que o índio deixa de se enquadrar no estereótipo idílico, aumenta o discurso de culpabilização por estarem “aculturados”, como se, por usarem telefone celular ou energia elétrica, deixassem de ser índios. O que é considerado preconceito por estudiosos da cultura indígena.

– Ser índio é bem mais do que usar um cocar, é uma forma de entender o mundo. A gente come comida japonesa e não deixa de ser ocidental. Esse argumento de que eles não são mais índios serve para invalidar as reivindicações por terra, porque não seria culturalmente válido, e isso tem um fundo perverso, que anula a identidade do outro. Na Constituição está garantido que eles têm direito a terras, mas como se descaracteriza isso? Dizendo que não são mais índios – critica a professora Paula Caleffi, doutora em história pela Universidad Complutense de Madrid com tese sobre os índios guaranis.

Ao vincular os indígenas a uma ideia de passado, o país deixaria de enfrentar o tema como parte do presente e do futuro do país. Presos a chavões como a ideia de que o país dispõe de “muita terra para pouco índio”, por exemplo, perderíamos a oportunidade de discutir a distribuição da terra. O pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da USP Spency Pimentel, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), observa que 98,5% das terras destinadas para indígenas estão na Amazônia, enquanto 52% da população indígena vive fora dela – em 1,5% das áreas restantes.

– O país fez reforma agrária em terras indígenas, os povos não foram consultados. Existe esse problema político na democracia brasileira. Ainda hoje muitas políticas são impostas, não passam por diálogo com eles. É preciso criar esses espaços de diálogo – defende.

Em meio a tantas teses, quem ouve o que representantes indígenas têm a dizer pode se surpreender. Indígena munduruku e conselheiro-executivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, o escritor Daniel Munduruku, que tem mestrado em antropologia social e doutorado em educação pela USP, chega a questionar a própria definição de índio:

– Chamar alguém de índio é desqualificar seu pertencimento a uma humanidade que foi sendo construída ao longo de milhares de anos. Este é um termo que diminui, que vem sendo usado pelo sistema econômico para facilitar o estereótipo e assim construir uma imagem negativa da cultura indígena. Creio que o grande papel dos indígenas na sociedade brasileira é manterem-se vivos para poder questionar o status quo que os quer destituídos de seus direitos básicos. O grande papel é mostrar que se pode ter tudo, sem deixar de ser o que se é.

Em pleno século 21, os índios ainda procuram seu quinhão na aldeia global.

CONT.

Esta terra tem dono?





Justiça Federal de Brasília revoga liminar que obrigava usinas do Madeira a dar assistência a ribeirinhos em Rondônia

SÍTIO O NORTÃO, 17.05.2014

A decisão cassa algumas obrigações impostas pela liminar, deferida dia 11 de março de 2014, impetrada pelo MPF, MP, OAB-RO e Defensoria Pública da União, em favor dos atingidos pela cheia.

O desembargador federal Kassio Nunes Marques, da Justiça Federal de Brasília, concedeu liminar parcial desobrigando as usinas de Santo Antônio e Jirau a dar assistência aos ribeirinhos atingidos pela cheia do rio Madeira. A decisão cassa algumas obrigações impostas pela liminar, deferida dia 11 de março de 2014, impetrada pelo MPF, MP, OAB-RO e Defensoria Pública da União, em favor dos atingidos pela cheia, na Ação Civil Pública 2427-33.2014.01.4100, em tramitação na 5ª Vara Federal de Rondônia.

O desembargador deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento porque manteve a obrigatoriedade imposta pela 5ª Vara Federal de Rondônia para que o Ibama refaça os estudos de impacto ambiental das duas usinas. Na liminar deferida em março na Ação Civil Pública 2427-33.2014.01.4100, a Justiça Federal rondoniense obrigou as usinas Jirau e Santo Antônio a prover as necessidades básicas de todos os ribeirinhos (transporte, saúde, educação e alimentação, e proteção do patrimônio histórico também atingido pela cheia).

Pela decisão de Brasília, essas duas obrigações, por enquanto, não podem ser cobradas das duas usinas. O desembargador considerou que, por ora, as usinas não podem ser responsabilizadas pelos desastres ocorridos na enchente, “por não haver prova clara, por prova técnica, do nexo causal entre a construção/funcionamento das usinas e o agravamento da cheia”. O desembargador considerou ainda que mesmo com a inexistência das hidrelétricas, o nível das águas do rio iriam subir “face as marcas pluviométricas extraordinárias registradas no período”.

Ao finalizar sua sentença parcial o desembargador disse que não está privilegiando a saúde financeira das usinas em detrimento da incolumidade pública da população afetada, que certamente é a mais importante. Ele disse apenas que, no momento, é impossível impor às hidrelétricas a reparação de danos, ressaltando que as situações emergenciais devem ser contornadas pelo poder público. A decisão foi dada no último dia 7 de maio. (Marcos Henrique Toia/O OBSERVADOR)

Autor: OOBSEVADOR.COM

Fonte: OOBSEVADOR.COM



Saúde dos povos indígenas é tema de workshop promovido por grupo da UFSCar
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 17.05.2014

Objetivo é discutir a assistência com foco na formação de profissionais de saúde e na implementação do subsistema de saúde indígena no âmbito do SUS

Discutir a assistência à saúde indígena com foco na formação de profissionais de saúde e na implementação do subsistema de saúde indígena no âmbito do SUS: esse é o objetivo do I Workshop sobre a Saúde dos Povos Indígenas, que ocorre no Campus São Carlos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dia 24 de maio, promovido pelo Grupo PET Indígena - Ações em Saúde da Universidade.

No programa do Workshop está prevista a participação de palestrantes com reconhecida experiência de atuação na saúde indígena, advindos da UFSCar, da Universidade de São Paulo (USP), da Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e do Ministério da Saúde.

Na palestra de abertura, Mariana Maleronka Ferrom, do Ministério da Saúde, apresenta a palestra "O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena: histórico, estrutura organizacional, financiamento e parcerias, recursos humanos". A atividade tem início às 8 horas, no Anfiteatro Bento Prado Júnior, localizado na área Norte da UFSCar, local onde ocorrem as demais atividades do Workshop, com encerramento previsto para as 20 horas, com um evento cultural indígena.

Para participar é preciso realizar inscrição no site do Workshop, em <http://workshopsaudepovosindigenas.wordpress.com>, ou no local do evento, antes do início das atividades. Serão emitidos certificados para os participantes. Mais informações podem ser obtidas com Lennon Ferreira Corezomaé pelo email lennon.fc@hotmail.com ou pelo telefone (16) 99777-7568; ou com Orinaldo Baltazar Sena, pelo email ornaldosenna@gmail.com.

Por: Ascom/UFSCar



Comunidade indígena Krahô recebe escola revitalizada

SÍTIO SURGIU, 17.05.2014

A escola revitalizada é a 19 de Abril, que recebeu pintura interna, reparos elétricos e hidráulicos e troca de piso

A Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc) realiza a entrega oficial dos serviços de melhoria na escola localizada na aldeia Krahô Manoel Alves, no município de Itacajá, a 295 Km de Palmas. A revitalização completa da unidade de ensino faz parte do projeto Esquadrão Minha Escola Mais Linda, da Seduc, que promove pequenos reparos e reformas em unidades de ensino indígenas e rurais que, pela localidade, têm mais dificuldade para a contratação de mão de obra. A solenidade será realizada na aldeia nesta segunda-feira, 19, às 15h30. No mesmo dia, às 16 horas, será realizada a cerimônia de abertura do I Jogos Tradicionais do Povo Krahô e 1º Encontro de Manifestações Krahô.

A escola revitalizada é a 19 de Abril, que recebeu pintura interna, reparos elétricos e hidráulicos e troca de piso. "A equipe de trabalho da Seduc fica bastante motivada porque fomos muito bem recebidos pelos caciques e pela comunidade", disse o coordenador dos serviços, o servidor da Seduc Pedro Filho.

O Esquadrão Minha Escola Mais Linda foi lançado em 16 de abril deste ano pela Seduc e é formado por servidores da Secretaria que já atuam no setor de obras. Os serviços prestados pela equipe incluem reparos elétricos e hidráulicos, pintura, roçagem, higienização, entre outros que forem identificados pela Seduc como necessários. A equipe de trabalho realiza um sistema de mutirão para que os serviços sejam feitos a curto prazo.

Os serviços

A manutenção das escolas, como pequenos reparos, limpeza e conservação de prédios, é uma ação de responsabilidade das próprias unidades escolares. Contudo, pelas especificidades das escolas indígenas e rurais, que muitas vezes não conseguem contratar mão de obra devido a localidade das unidades de ensino, a Seduc tem feito a intervenção através do projeto.

Até o momento a escola 19 de Abril, em Itacajá, e a unidade de ensino na aldeia Brupré, em Tocantínia, forem beneficiadas. A escola indígena ou rural da rede estadual de ensino que queira participar do projeto Esquadrão deve entrar em contato com a Seduc através da Diretoria de Padrões Mínimos Educacionais e apresentar uma proposta. A partir da solicitação, a equipe avaliará a necessidade dos serviços.



Delcídio e Biffi pedem ao governo federal mais 6.900 casas para MS

SÍTIO A CRÍTICA/CAMPO GRANDE, 18.05.2014

O senador Delcídio do Amaral(PT) e o deputado federal Antonio Carlos Biffi(PT) se reuniram em Brasília com prefeitos sul-mato-grossenses para dar andamento a novos investimentos federais nos municípios.

Na pauta, a construção de mais 6.900 casas na áreas urbana e rural – inclusive indígena – de MS. “Assinamos com o deputado Biffi dois ofícios encaminhados ao ministro das Cidades, Gilberto Occhi, nos quais solicitamos empenho na seleção de projetos em vários municípios onde o déficit habitacional é grande.

Queremos atender também a população indígena, com moradia digna e todos os serviços de infraestrutura. Essa demanda nos chegou através da Assomasul (Associação Sul-mato-grossense de Municípios), cujo presidente, o prefeito de Anastácio, Douglas Figueiredo, definiu com cada prefeito a necessidade local. Vamos cobrar do governo o atendimento do pedido porque casa própria é um bem sagrado para toda família”, disse.

Um dos ofícios encaminhados por Delcídio e Biffi solicita casas para áreas urbanas de Água Clara (140), Amambai (200), Anastácio (250), Aparecida do Taboado (200), Aquidauana (200), Bataguassu (200), Caarapó (150), Camapuã (100), Cassilândia (150), Chapadão do Sul (250), Coxim (200), Elorado (100), Inocência (140), Ivinhema (100), jardim (250), Miranda (180), Mundo Novo (100), Nova Andradina (300), Paranaíba (480), Paranhos (100), Ribas do rio Pardo (200), Rio Brilhante (200), São Gabriel do Oeste (240), Sonora (100) e Vicentina (100).



Quilombolas avaliam políticas públicas em Brasília

SÍTIO SEPPIR, 18.05.2014

Lideranças de diferentes organizações representativas do segmento discutiram diretrizes para a atuação no campo político, ambiental, cultural e nas questões relativas à titulação de terras
Quilombolas avaliam políticas públicas em Brasília

“O Protagonismo das Mulheres Quilombolas: avanços e desafios”. Esse foi o tema que motivou o 1º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, realizado de 13 a 15 de maio, em Brasília-DF. Mais de 100 lideranças de diferentes organizações representativas do segmento participaram do evento, que teve o objetivo de discutir diretrizes pela consolidação da luta pela terra, avaliar as políticas públicas e promover o diálogo entre as várias entidades quilombolas do Brasil.

A palavra de ordem “Mulheres quilombolas na luta por igualdade, justiça, território e nenhum direito a menos” deu o tom da abertura do Encontro. Em sua fala, dona Sebastiana Geralda Ribeiro Silva, que tem 82 anos vividos no Quilombo Carrapatos da Tabatinga, localizado no município de Bom Despacho, em Minas Gerais, convocou os jovens a assumirem o seu papel no enfrentamento do racismo. “Mostrem sua identidade, não se mascarem, porque fomos nós, negros e negras que fizemos esse país”, declarou a matriarca.

O representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Jorge Chedieck, destacou que o país registrou progressos extraordinários no combate às desigualdades sociais nos últimos anos. “Mas o Brasil vive hoje uma oportunidade histórica e única para responder a problemas seculares, entre eles o racismo”, declarou, afirmando que é por isso que o Sistema das Nações Unidas no Brasil prioriza a promoção da igualdade racial em suas diretrizes programáticas. Entre as iniciativas nessa linha, ele destacou uma cooperação que envolve o Pnud e a Fundação Ford com foco no mapeamento de comunidades tradicionais de matriz africana.

A coordenadora Executiva da Conaq, Núbia Souza, relatou dificuldades para a realização do encontro e disse que a atividade aconteceu “em nome de tantas mulheres quilombolas que, na luta, são privadas de sua liberdade, e também por todas que morreram ou foram vítimas em conflitos agrários”.

Organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq, o Encontro contou com apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), e da Educação (MEC), da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC).

Presenças

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

Além da ministra Luiza Bairros, compuseram a mesa o representante da ONU, Jorge Chedieck, o presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, Matilde Ribeiro (professora da Unilab - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), Givânia Maria da Silva (coordenadora-geral de Regularização de Terras Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra), Carla Hora (Diretora de Políticas para Mulheres do MDA), Cátia Souto (Secretária de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde), Jô Brandão, da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A titular da Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Ilma Fátima de Jesus, que também integrou a mesa de abertura, anunciou o seminário que o MEC realizará nos dias 26 e 27 de maio para discutir a Educação Escolar Quilombola. A atividade envolverá apenas representantes da Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco e Minas Gerais, estados com maior concentração de comunidades quilombolas do país. Ela explicou que essa modalidade educacional segue a proposta política de um currículo construído com os quilombolas e para os quilombolas, baseado nos saberes, conhecimentos e respeito as suas matrizes culturais.

"A Educação Escolar Quilombola é diferenciada porque trabalha a realidade a partir da história de luta e resistência desses povos bem como dos seus valores civilizatórios. É um projeto que se fundamenta, por exemplo, na vivência e organização coletiva, valores ancestrais, na relação com a terra e com o sagrado", explicou a gestora.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Nota de docentes e discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de Pelotas em Apoio ao Povo Kaingang

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.05.2014

Nós, enquanto do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com professores e pesquisadores que participaram e/ou apoiaram a elaboração deste documento, vinculados ao Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE-UFRGS), ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT-UFRGS), ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI-UFRGS), e ao Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA) da Universidade Federal de Pelotas viemos por meio desta nota manifestar nosso repúdio à prisão de cinco indígenas kaingang na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, dentre eles o cacique da aldeia Kandóia-Votoro (município de Faxinalzinho), Deoclides de Paula, ocorridas no dia 09 de maio.

Não podemos negligenciar o fato de que, em 2013, no Brasil, aconteceram 15 mortes e 10 tentativas de assassinatos de e indígenas por disputas de terra dos quais a sociedade brasileira praticamente não volta sua atenção, principalmente devido à forma sensacionalista e revanchista com que os fatos são tratados. Neste contexto em particular, prestamos nossos sentimentos aos familiares e amigos de Alcemar Batista de Souza e Anderson de Souza encontrados mortos, no dia 28 de abril, próximos ao ponto em que os moradores da aldeia Kandóia se manifestavam. Sabemos que pouco pode ser feito para amenizar sua perda. Para tanto, atentamos para o fato de que as condições tendem a se agravar, e que a análise do conflito deve ser pensada numa perspectiva mais ampla, não restrita à localidade, pois o mesmo amplia-se em vários sentidos, que extrapolam a nossa compreensão imediata, tal como, por exemplo, sua relação com a morte por espancamento de um Kaingang próximo à Estação Rodoviária de Três de Maio, na mesma região noroeste do estado, também no domingo dia 09/05/2014.

Diante dos fatos ocorridos e manifestando em público o conteúdo de nossas pesquisas, reafirmamos a importância de contextualizar a reivindicação da Aldeia Kandóia e, assim, informar que esta aldeia está há mais de 10 anos em procedimento administrativo de regularização, tendo este processo passado pelas primeiras etapas exigidas, conforme a Constituição Federal/1988, o Decreto 1.775/1996 e a Portaria 14, que dizem respeito à forma jurídica para tramitação da reivindicação no órgão competente, FUNAI. O processo encontra-se atualmente à espera de assinatura da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o que implica no dever público por parte da autoridade competente em aplicar o Estatuto do Índio de 1973, legislação em vigor e que é complementar, na compreensão de nossa jurisprudência, para o justo cumprimento do dispositivo constitucional e, em última instância, o respeito à Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Desse modo, considerando que foram implementados os exaustivos procedimentos que conduziram esse pleito territorial até o estágio atual, observados os princípios constitucionais e realizados os instrumentos técnicos exigidos para a aplicação do conhecimento antropológico e no sentido de garantir os direitos relacionados aos povos indígenas, viemos reiterar a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

legitimidade e legalidade do processo que traduz a tradicionalidade da ocupação Kaingang na Aldeia Kandóia, isto é, caracterizando-a como por eles habitada em caráter permanente, utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Sabemos que o histórico das demarcações de terras indígenas no Brasil demonstra que aprioridade tem sido as áreas localizadas na Amazônia Legal, deixando em segundo plano as áreas reivindicadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Enquanto não houver uma real mobilização do Estado para a demarcação dessas áreas, os conflitos tendem a se acirrar cada vez mais. A omissão do Estado Brasileiro, com especial menção aos órgãos competentes, é responsável pelo acirramento dos conflitos na região. Alertamos que este quadro se agrava com o incentivo, por parte de parlamentares do estado, ao armamento e contratação de polícias privadas no combate a processos de demarcação amparados pela legislação brasileira.

Por fim, a ética antropológica e a garantia dos direitos indígenas orientam as ações da nossa comunidade científica para, neste momento, situar a ação da Polícia Federal como imprópria e arbitrária e exigir a imediata soltura dos cinco kaingang presos no dia 09 de Maio de 2014. Também exigimos a homologação imediata da área reivindicada pelos Kaingang da Aldeia Kandóia, bem como a agilidade na tramitação de outros processos de regularização de terras indígenas atualmente paralisados na FUNAI. A demarcação das Terras Indígenas, conforme os princípios constitucionais antes expressos, é o que torna possível a continuidade da vida indígena conforme suas formas próprias e singulares de concepção de mundo e a sua integridade enquanto grupo.

Porto Alegre, 15 de maio de 2014



Projeto protege patrimônio cultural indígena na Amazônia

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.11.2013

Ações para resguardar patrimônio imaterial na fronteira entre Brasil e Colômbia são resultados de esforços entre ambos os países

Será realizada, nesta segunda-feira (19), a entrega dos produtos da primeira etapa do Projeto MAPEO - Criando Condições para Iniciativa de registro binacional (Brasil-Colômbia) da rota de transformação dos povos indígenas do Noroeste Amazônico. O evento é uma realização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e tem o objetivo de proteger os povos indígenas do Noroeste Amazônica, na fronteira Brasil- Colômbia. A entrada é franca.

A Iniciativa Binacional de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico: Cartografia dos Sítios Sagrados celebra o encontro dos povos indígenas do Rio Negro situados na fronteira do Brasil e da Colômbia. A experiência revelou expectativas e recomposição de fragmentos de memórias que constroem propostas importantes de preservação e proteção dos patrimônios cultural e natural da região do noroeste amazônico.

As ações para resguardar o Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico, na fronteira entre Brasil e Colômbia, são resultados de esforços articulados entre ambos os países. O trabalho é desenvolvido por instituições governamentais, não governamentais e organizações próprias aos povos indígenas da região.

O estudo visa a ampliação e o fortalecimento das ações de salvaguarda dos patrimônios cultural e natural como elementos fundamentais na gestão territorial das terras indígenas demarcadas.

Fonte:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Autoridades ignoram situação dos Mapuche em greve de fome

SÍTIO ADITAL, 19.05.2014

Representantes da ONG de direitos humanos Observatório Cidadão, liderados por seu co-diretor, José Aylwin, visitaram, na última quarta-feira, 14 de maio, os índios Mapuche que estão presos e em greve de fome desde o último dia 7 de abril. O objetivo da visita, segundo Aylwin, foi para constatar a situação em que se encontram os presos - Luis Marileo, Cristián Levinao e Leonardo Quijón, além de José Mariano Llanca e Cristian Curinao Catrileo -, que solicitam transferência para o Centro de Educação e Trabalho de Angol, a revisão de suas condenações e o indulto humanitário para Llanca Tori, que sofre de uma doença terminal.

Aylwin afirmou ainda que a solicitação de um preso em regime aberto é totalmente compatível com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "que estabelece que as pessoas integrantes de povos indígenas devam ter penas diferentes do encarceramento". Portanto, ele exige que sejam buscadas soluções para que os índios cumpram as penas de acordo com sua cultura. Além disso, ele afirmou que sua organização estará atenta aos exames médicos que Llanca Tori está fazendo, na expectativa de que ele receba o indulto devido à sua grave situação de saúde.

Em uma declaração emitida na última semana, o Departamento de Direitos Humanos do Colégio Médico do Chile afirmou estar preocupado com a saúde dos grevistas, em especial com a situação de Llanca Tori. Na declaração, destacam que receberam a cópia do relatório médico, relatando que Tori se encontra em uma situação de saúde precária e incompatível com sua estadia na prisão.

Além disso, a declaração destaca a preocupação acerca do pedido das autoridades à Corte de Apelações de Temuco para que os grevistas sejam alimentados à força. O Departamento afirma que, de acordo com a Declaração de Malta, da Associação Médica Mundial, "não se deve obrigar as pessoas em greve de fome a serem tratadas se elas não querem tal tratamento".

"As greves de fome representam uma medida extrema de luta não violenta, as pessoas recorrem a tal medida, como forma de protesto, pelo fato de sentirem que não possuem outra maneira de terem reconhecidas suas demandas e obterem uma resposta adequada, sendo que, nesse caso, é mais uma faceta do prolongado conflito entre o Estado e o Povo Mapuche.", afirmou o Departamento.

Entenda o caso

No começo de janeiro deste ano, um grupo de cerca de 10 pessoas encapuzadas incendiaram dois caminhões na região de Araucanía, a 670 quilômetros ao sul de Santiago, em repúdio à morte do estudante universitário mapuche Matías Catrileo, de 22 anos. Este foi vítima de disparos efetuados pela polícia próximo à fazenda Santa Margarita, no dia 03 de janeiro. Catrileo protestava pela devolução das terras pertencentes ao seu povo.

CONT.



Os índios que, hoje, fazem greve de fome, foram acusados pela autoria do incêndio. Eles afirmam que vão "até as últimas consequências para terem suas reivindicações atendidas".

Tortura e abusos contra os presos

A convite da Comissão de Ética Contra a Tortura do Chile, a francesa Mireille Fanon Mendès, especializada em direito internacional, realizou uma visita de quatro dias ao país. Ela, que em 2010 já havia participado, como observadora internacional no julgamento de 19 índios Mapuche, constatou em sua nova visita que a situação dos indígenas piorou desde 2011. "O Estado tenta acusar pessoas, Mapuches ou não, que tenham um perfil de líder. A maioria dos presos são figuras importantes para a sociedade Mapuche. Trata-se de uma tentativa de erradicar todas as forças de resistência indígena, sejam políticas ou espirituais.", afirmou.

Durante sua estada no Chile, Mireille visitou os índios que estão em greve de fome. Segundo ela, há até casos de tortura psicológicas contra essas pessoas, que já estão em condições físicas muito debilitadas. "O policiais vinham até as celas desses presos para realizarem suas refeições em frente a eles, e quando fazemos uma greve de fome, essa atitude se chama simplesmente de tortura psicológica.", declarou.

Manifestações marcadas

Duas manifestações em apoio à luta dos indígenas por suas terras estão marcadas para este mês de maio. A primeira está agendada para esta segunda-feira, 19, quando será realizado um protesto artístico e cultural na localidade de San José La Mariquina, no extremo noroeste da região de Los Rios, Chile, e onde se localiza o centro de produção florestal da região, com aproximadamente 33 mil hectares cultivados, destinados à produção de celulose. Além disso, possui uma das maiores taxas de pobreza da região.

A segunda manifestação, planejada pela Aliança Mapuche, em conjunto com outras comunidades e organizações, está marcada para o próximo dia 30 de maio, concentrando-se, em especial, na região de Temuco, mas abrangendo outras localidades também. O protesto será uma marcha pela defesa dos territórios, das águas e do ecossistema.



Índios aguardam agendamento de encontro com ministro da Justiça no RS
SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 19.05.2014

Os índios lutam pela demarcação de 0,8% do território gaúcho. Hoje, o território legalmente ocupado, é de 0,5%

Os índios não aceitam se reunir com o governo federal em Brasília para discutir os conflitos na região Norte do Estado. De acordo com o líder da Federação das Organizações Indígenas do Rio Grande do Sul, o cacique Zaqueu Kaingang, eles solicitam ao Ministério da Justiça uma reunião técnica com o ministro José Eduardo Cardozo no Estado. Ainda não há data para o encontro.

Segundo o cacique, o contato é feito com o chefe de gabinete do Ministério. O ministro chegou a marcar uma reunião em Faxinalzinho, mas desmarcou com a desculpa que foi chamado pela presidente Dilma Rousseff. Os índios lutam pela demarcação de 0,8% do território gaúcho. Hoje, o território legalmente ocupado, é de 0,5%.

Cinco índios foram presos pela morte de dois agricultores no município de Faxinalzinho. Entre eles, está o cacique Deoclides de Paula. As vítimas, Alcemar e Anderson de Souza, morreram atingidos por diversas pauladas. Os agricultores teriam furado o bloqueio promovido pelos índios na Linha Coxilhão, a cerca de 15 quilômetros do Centro da cidade.



Cacique formado na USP sonha com mestrado para ser referência

SÍTIO G1, 19.05.2014

*Um de seus objetivos é criar um vestibular específico para os indígenas.
Ubiratã Awá Baretédju, de 37 anos, mora em aldeia de Peruíbe, SP.*

Mariane Rossi Do G1 Santos

Um cacique formado em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP) quer se tornar um mestrando em Antropologia. Morador de Peruíbe, ele já é responsável pelas aldeias do litoral paulista e quer ser referência em educação no País. Um de seus objetivos é criar um vestibular específico para os indígenas.

Ubiratã Gomes Awá M' Baretédjú, de 37 anos, nasceu e foi criado na aldeia Bananal, em meio à Mata Atlântica e a cerca de 15 quilômetros do Centro de Peruíbe. A aldeia, uma das mais antigas da região, com cerca de 300 anos de existência, abriga aproximadamente 13 famílias. Os índios coletam frutos, produzem sucos para consumo próprio, fazem o reflorestamento por meio de sementes e preparam mudas para o comércio. Na aldeia, as tradições indígenas dos tupis-guaranis também permanecem intocáveis. Apesar de já terem acesso à internet, à energia elétrica e outras tecnologias, perpetuam características de seus antepassados. Vivem da caça, da pesca, da confecção e venda de artesanato e de apresentações culturais.

A educação é a base para que as crianças indígenas e as próximas gerações possam eternizar os costumes e crenças de seu povo. "Na realidade, a educação indígena é aquela que nós aprendemos com os nossos antepassados, mas a educação escolar indígena é aquela que temos dentro das escolas", fala o cacique. Por isso, as escolas indígenas foram montadas dentro das aldeias da Baixada Santista. Segundo o cacique, elas estão distribuídas nas cidades de São Vicente, Praia Grande, Mongaguá e Peruíbe.

O ensino é diferenciado porque une as tradições indígenas com as disciplinas convencionais, encontradas em qualquer escola dos centros urbanos. "Antes, a educação era voltada à integração nacional e falava-se que o indígena não fazia parte da sociedade. Não podíamos fazer manifestações culturais, tirar dúvidas nas escolas. A própria educação era administrada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na década de 1980. Em 1996, com algumas leis, o cuidado em relação às escolas indígenas passou para o Ministério da Educação (MEC). Essa lei nos beneficiou muito", diz ele. Com as escolas indígenas, eles também têm mais autonomia para criar projetos político-pedagógicos, materiais didáticos e dinâmicas em grupo. Nas escolas, há desde o ensino infantil até nono ano. "Eu tenho aluno que, com quatro anos, já está lendo. As nossas escolas indígenas teriam que ser mais divulgadas", explica.

O cacique e outros índios receberam capacitação para atuar nesses centros especializados de ensino. Entre 2006 e 2008, eles fizeram o Curso Superior Indígena de Pedagogia na USP. As

CONT.



aulas eram ministradas no campus da faculdade uma vez por semana e também aconteciam na prática, dentro das aldeias. "Nós recebemos a formação em serviço, que foi melhor aproveitada. Quando se faz uma pedagogia formal, você adquire muitas teorias. No nosso caso, ficávamos uma semana em São Paulo e depois voltávamos para as nossas escolas, nossas aldeias, e aplicávamos lá", conta o cacique. Após se formarem, eles começaram a atuar nas escolas indígenas de maneira efetiva, com material oferecido pelo Estado e pelo Governo Federal. Mas, segundo o cacique, os livros e líderes que falam sobre a cultura indígena já estão defasados. De acordo com ele, o discurso é sempre sob a visão do não indígena, o que prejudica a imagem das comunidades.

Por isso, o cacique quer ter mais conhecimento e ser referência no ensino dos indígenas. Formado em Pedagogia, agora ele busca um mestrado. No ano passado, ele passou por várias fases do processo seletivo, mas, na última, foi barrado pela banca avaliadora. Segundo ele, o motivo dado pelos professores foi a falta de referências bibliográficas no projeto apresentado, mas ele acredita que houve outros problemas. "Três aprovaram e um não. Foi frustração mesmo. Eu creio que tenha sido preconceito, porque os argumentos foram muito vazios. Pretendo não desistir nunca, ainda mais sendo brasileiro nato como eu. Sei que tenho capacidade para isso. Também sei que vai ser difícil, sendo indígena ou não", diz.

O cacique ficou decepcionado com o resultado e decidiu não tentar o processo seletivo para o mestrado neste ano. No entanto, ele não parou os estudos e a produção de cultura, abriu uma produtora e está fazendo documentários dentro da aldeia sobre o mundo indígena. Ele e a esposa são responsáveis pela gravação, produção e edição de todo o material. Além disso, o cacique continua participando de projetos dentro da USP, principalmente os ligados à Antropologia, sempre em prol da educação da comunidade indígena no Brasil. "Quero criar um vestibular específico para indígenas. A educação indígena hoje é uma grande referência. Junto às lideranças, estamos procurando formar cidadãos, com uma cultura que se fortalece a cada dia", conclui.



Portal na entrada de Luciara faz homenagem a comunidade indígena

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 19.05.2014

Os valores da obra não foram divulgados pela Prefeitura de Luciara. No pacote conta ainda a obra de construção do cais da cidade, que contará com espaço para pequenas embarcações

Agência da Notícia com Redação

Quem chega a Luciara já percebeu a novidade. Um Portal, formado com um pequeno barco, com pintura Karajá e uma faixa com o nome da cidade, recepciona os visitantes. E o objetivo é realmente este, criar uma identificação turística e cultural para o município, que cresce as margens do majestoso rio Araguaia.

A inauguração ocorreu durante as comemorações do aniversário da cidade e foi motivo de comemoração por parte do prefeito Fauto Azambuja. "Quem chega em Luciara já percebe a influência da etnia Karajá e que somos um município turístico", destacou o gestor, que reforçou que o projeto faz parte do grande pacote de obras que visam melhorar a estrutura local para o desenvolvimento do turismo.

Os valores da obra não foram divulgados pela Prefeitura de Luciara. No pacote conta ainda a obra de construção do cais da cidade, que contará com espaço para pequenas embarcações, praças e quiosques. A previsão é que as obras comecem nos próximos meses e que seja inaugurada ainda este ano.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

Participe da campanha "Eu viro carranca pra defender o Velho Chico" !
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014



Leia mais e baixe o material para participar da Campanha clicando AQUI!
(<http://cbhsaofrancisco.org.br/virecarranca/>)



Povos do Cerrado debaterão sobre terra, biodiversidade, água e cultura em evento
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014



Encontro e Feira dos Povos do Cerrado reunirá cerca de 700 comunitários, de 05 a 08 de junho, no Complexo Cultural Funarte, em Brasília/DF

Embora seja o segundo maior bioma brasileiro, um dos hotspots mundiais da biodiversidade (área prioritária para a conservação do planeta com alto grau de ameaça) e possuir as maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo, o Cerrado ainda não foi reconhecido como Patrimônio Nacional. As comunidades tradicionais que vivem no e do bioma, que elas ajudam a conservar, também são marginalizadas por não terem acesso a terra e são vítimas constantes de conflitos socioambientais. Ficam também à mercê de um modelo de desenvolvimento predatório e excludente, bem como longe das políticas públicas que poderiam fazer do uso sustentável do Cerrado uma estratégia de conservação.

Decididas a definir estratégias de ação para a conservação do bioma e justiça social dos povos e comunidades tradicionais, cerca de 700 representantes de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco e agricultores familiares se reunirão entre os dias 05 e 08 de junho no Complexo Cultural Funarte, em Brasília-DF, durante o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. O evento é organizado pela Rede Cerrado e suas entidades filiadas, que totalizam um campo político de mais de 600 organizações de base comunitária.

O objetivo é aproveitar a semana que é celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente – 05 de junho –, para chamar a atenção das autoridades para os principais problemas relativos ao direito à terra, áreas protegidas e produção agroextrativista, e se tornarem visíveis para o restante do país. Para isso, o evento conta com uma rica programação de debates, mesas redondas, seminários, incluindo as manifestações culturais, feira dos produtos da sociobiodiversidade e praça gastronômica.

Além de lideranças vindas de vários estados onde há Cerrado no Brasil (DF, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, São Paulo e Bahia), o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

Encontro terá a participação de especialistas e gestores públicos, bem como de representantes de organizações da sociedade civil, da academia e institutos de pesquisa. O governo federal será representado por diversos órgãos e Ministérios. A intenção é encerrar o evento com diretrizes de uma agenda consistente que garanta o fortalecimento da conservação e uso sustentável do Cerrado.

“Os povos do Cerrado querem mudar esse cenário de exclusão e estão chamando os governos e a sociedade para o diálogo. Somente com políticas públicas consistentes, com recursos, pessoal qualificado e força de vontade será possível combater os principais problemas socioambientais, gerando inclusão econômica e social”, ressaltou Altair de Souza, liderança agroextrativista e coordenador geral da organização.

Realizado desde 2001, o Encontro dos Povos do Cerrado se consolidou como um espaço para: troca de experiências que resultem na conservação do Cerrado e na promoção de meios de vida sustentáveis; valorização das tradições culturais dos Povos do Cerrado; discussão e formulação de posições políticas conjuntas; e divulgação pública dos problemas socioambientais que afetam o bioma, como também das alternativas existentes para o uso sustentável de sua biodiversidade (acesse o vídeo da última edição).

“Desde a primeira edição até os dias de hoje reconhecemos que tiveram avanços importantes, mas as principais reivindicações estruturantes permanecem e acirram conflitos gerados pelo modelo de desenvolvimento que favorece interesses privados e negligencia as diversas dimensões da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural”, complementa o agroextrativista.

O evento tem o apoio do MMA, MDA, MDS, CONAB, FUNAI, ICMBio, MPF, Petrobras, Fundação Banco do Brasil, Funarte, EMATER-DF, ISPN, Central do Cerrado, Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, WWF-Brasil, Fundação Palmares, Anvisa, SlowFood, Rádio Cultura FM, Secretaria de Estado da Cultura, GDF, CONAB, INCRA, IBAMA, CESE e UnB.

Serviço:

VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado

Data: De 05 a 08 de junho de 2014

Local: Complexo Cultural Funarte, eixo monumental, em frente à Torre de TV



MPF realiza amanhã, 20, audiência pública sobre impactos de projeto de irrigação em comunidades tradicionais de Xique-Xique
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014

Evento será realizado amanhã, 20 de maio, às 14h, na Câmara Municipal de Xique-Xique

O Ministério Público Federal (MPF) em Irecê realiza amanhã, 20 de maio, no município de Xique-Xique/BA, a 577km da capital, audiência pública com o objetivo de conhecer os impactos da implantação do projeto de irrigação "Baixio de Irecê" nas atividades das comunidades tradicionais que vivem no local.

O projeto, que visa promover o desenvolvimento da região por meio da agricultura irrigada, está sendo implantado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). No entorno da localidade onde está sendo implementado o projeto existem cerca de 800 famílias de comunidades tradicionais que vivem de agricultura familiar, criação de ovinos, bovinos, caprinos e pesca artesanal.

O MPF recebeu denúncia de representante dessas comunidades, relatando que as áreas adquiridas pela Codevasf para implantação do projeto resultam de um violento processo de grilagem sofrido nas décadas de 70 e 80. Parte dessas terras está situada em regiões que tradicionalmente eram ocupadas por comunidades rurais, como as de fundo de pasto, pescadores artesanais e agricultores familiares.

A audiência pública será realizada como parte das investigações constantes no Inquérito Civil nº 1.14.012.000011/2014-13, instaurado pelo procurador da República Samir Cabus Nacheff Júnior a fim de apurar as irregularidades narradas na representação.

Na audiência, a Codevasf deverá explicar o projeto às comunidades envolvidas, as quais poderão expor o seu entendimento sobre a implantação do projeto no perímetro irrigado. Segundo o procurador, que conduzirá a audiência, o projeto trará grande desenvolvimento para a região, entretanto, não pode ser implementado sem que haja entendimento entre as comunidades que vivem no local e a Codevasf.

Por parte do MPF, a audiência também terá a presença da procuradora da República Cristina Nascimento de Melo, membro do grupo de trabalho Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República.

Foram convidados a participar do evento associações de representantes das comunidades tradicionais, representantes da Comissão Pastoral da Terra, Codevasf, prefeitura e câmara municipal de Xique-Xique, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, Bahia Pesca, bem como o juiz e o promotor estaduais em atuação no Município.

Serviço:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

O quê: Audiência Pública sobre os impactos do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê

Quando: 20 de maio de 2014, às 14h

Onde: Câmara Municipal de Xique-Xique



Análise de conjuntura da CNBB sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014

Os povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, juntamente com seus direitos territoriais e culturais vêm sofrendo sérias ameaças por parte do Estado brasileiro e de suas classes dominantes. O Congresso Constituinte (1986-1988), por ter se constituído num desaguadouro das lutas populares que colocaram abaixo a ditadura civil-militar, foi sensível ao reconhecimento, pela nossa Constituição Federal, dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, de outros segmentos minoritários e da necessidade da proteção ambiental no país. As Disposições Constitucionais Transitórias chegaram a estabelecer o período de cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas.

Durante um longo período, particularmente nos anos 1980 e 1990, tivemos sucessivas crises econômicas no Brasil e no mundo e a comunidade internacional viveu o fim da Guerra Fria e a abertura de um novo momento histórico, de valorização da diversidade cultural e do patrimônio ambiental de cada país. Os setores progressistas também deixaram de investir apenas nas lutas operárias, para reconhecerem o valor das lutas territoriais, culturais, ambientais e seus protagonistas populares.

Este conjunto de fatores propiciou que o Estado brasileiro, apoiado pela cooperação internacional, realizasse um amplo processo de demarcação das terras indígenas na região amazônica, com a participação ativa das próprias comunidades e de suas organizações. A falta de interesse por parte das grandes empresas naqueles territórios distantes dos centros econômicos permitiu que este processo fosse realizado de maneira relativamente tranquila. Além das terras indígenas foi possível avançar também na definição de áreas destinadas à proteção ambiental (parques nacionais, reservas biológicas) e iniciar o reconhecimento dos territórios quilombolas.

Durante a última década este cenário começou a mudar: a ênfase na retomada do crescimento econômico; a busca de exploração intensa dos territórios do interior do país; o surgimento de uma classe dominante no campo que associa o velho latifúndio ao agronegócio e aos interesses do capital financeiro; a mudança político-partidária no Congresso Nacional, que dá mais peso a estes novos setores oligárquicos; a simpatia da mídia, que reflete estes novos interesses, tudo isso fez com que a disputa territorial passasse a figurar no centro da nossa agenda política.

Estabeleceu-se uma forte contradição: enquanto os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais populações tradicionais eram cada vez mais reconhecidos no plano internacional e por setores da sociedade nacional, os setores hegemônicos na economia e na política nacionais passaram a desencadear uma ofensiva extremamente agressiva no sentido de desconstruir e anular estes mesmos direitos territoriais e culturais. A mesma ofensiva ocorre com o objetivo de desconstruir os avanços ocorridos na preservação dos nossos diferentes biomas, das nossas florestas e dos nossos rios.

CONT.



Enquanto a comunidade internacional se preocupa seriamente com a preservação ambiental como estratégia para reverter as mudanças climáticas, inclusive para proteger o planeta e a própria espécie humana, os setores hegemônicos hoje, na economia e na política nacionais, pretendem fazer tabula rasa dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, principais responsáveis pela preservação de nosso vasto patrimônio ambiental.

Dentro deste contexto se compreende a pressa com que os setores econômicos e políticos se mobilizam para aprovar a PEC 215, que retira o poder de demarcação das terras indígenas do Poder Executivo e o transfere para o Poder Legislativo, além de permitir a revisão e anulação de todas as demarcações já feitas e a extinção de todos os territórios quilombolas e áreas de proteção ambiental.

As "audiências públicas" que estão sendo realizadas no interior do país para "debater a PEC 215" mais parecem um teatro para se divulgar um discurso pré-constitucional, onde a visão integracionista, que se acreditava superada na nossa história, volta com toda a força. Segundo esta visão, não é mais necessário demarcar terras indígenas, pois o desejável é a "integração definitiva dos indígenas na sociedade nacional". Além da PEC 215 existem outras proposições legislativas que também pretendem restringir ou anular os direitos dos povos indígenas, além de ações no Supremo Tribunal Federal para extinguir os direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

Paralelamente a este ataque sistemático por parte da nova oligarquia agrária-empresarial-financeira do país, percebe-se que o Estado não está aparelhado de forma adequada para demarcar e proteger os territórios dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais, nem para defender as áreas de proteção ambiental. Faltam recursos humanos, materiais e financeiros, além de estruturas governamentais eficientes, para que estes territórios sejam protegidos de maneira adequada, como manda a nossa Constituição Federal.

O embate que testemunhamos cotidianamente na mídia, nas redes sociais, nas ruas, no Congresso Nacional, no Poder Judiciário, no interior do Governo e nos territórios do interior do país é um embate de dimensões históricas. Neste embate não se disputa apenas a demarcação de uma ou outra terra indígena; a titulação de uma ou outra comunidade quilombola; o reconhecimento de uma ou outra população tradicional; a proteção de uma ou outra reserva biológica.

Neste embate se disputa uma concepção de país: uma concepção baseada nos direitos territoriais, culturais e ambientais do conjunto do nosso povo, ou uma concepção baseada nos interesses imediatos das nossas elites econômicas.

Essa realidade nos coloca ao menos cinco grandes desafios:

1. A sociedade brasileira precisa conhecer a história e a situação atual dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das populações tradicionais, também conhecer a história e a situação atual das áreas de proteção ambiental.

CONT.



2. A sociedade brasileira tem o direito de se pronunciar com relação às ameaças que todos estes povos e territórios sofrem por parte de segmentos da própria sociedade e do Estado, pois é uma possibilidade de destino do nosso país que se encontra hoje seriamente ameaçada.

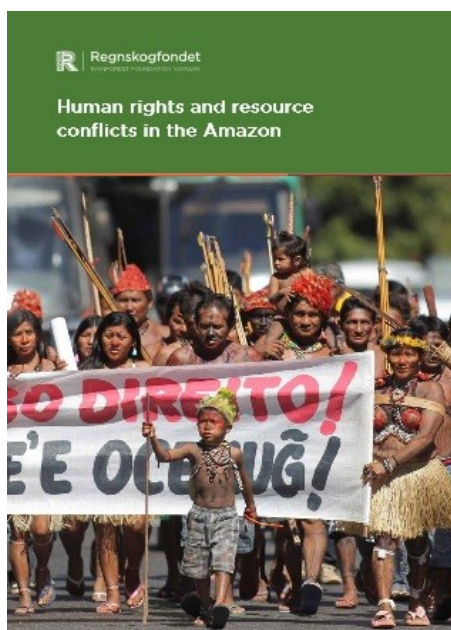
3. A sociedade brasileira está desafiada a criar novos canais de participação e redes de solidariedade que garantam os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais, assim como os direitos do conjunto da população em ter as áreas ambientais públicas protegidas.

4. O Estado brasileiro, através dos três poderes da República, é desafiado a cumprir com o mandato constitucional que manda proteger os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os segmentos mais frágeis da população e proteger o patrimônio ambiental do país.

5. A aprovação da PEC 215 pelo Congresso Nacional é uma ameaça real aos direitos constitucionais dos povos indígenas, de todos os pobres do campo e aos direitos da natureza, além de significar uma anulação de parte significativa da contribuição da CNBB, através de Dom Luciano Mendes de Almeida, ao processo constituinte e à Constituição Federal aprovada em 1988. O que se pode fazer para que este grave retrocesso institucional não ocorra no país?

Conflitos socioambientais aumentam na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014



Pesquisadores constataam multiplicação de violações de direitos humanos e de casos de degradação ambiental nos países amazônicos, em especial no Brasil

Fernanda B. Müller – Instituto CarbonoBrasil

Um novo relatório destaca que episódios de violência e destruição na região amazônica estão subindo, com destaque para o Brasil, onde os conflitos pela terra estão em seu patamar mais grave nos últimos dez anos.

A publicação foi elaborada por uma ONG norueguesa chamada Regnskogfondet (Rainforest Foundation Noruega), que trabalha há 25 anos na Amazônia. Um dos objetivos é alertar o governo norueguês – grande doador de recursos para projetos e programas de conservação, assim como investidor de empresas que atuam na região – sobre a situação preocupante em que se encontra a floresta e os povos nativos.

“Defensores dos direitos humanos, ambientalistas e indígenas estão sendo atacados e sofrendo forte pressão; o direito à terra e à consulta prévia são frequentemente violados”, concluiu o relatório.

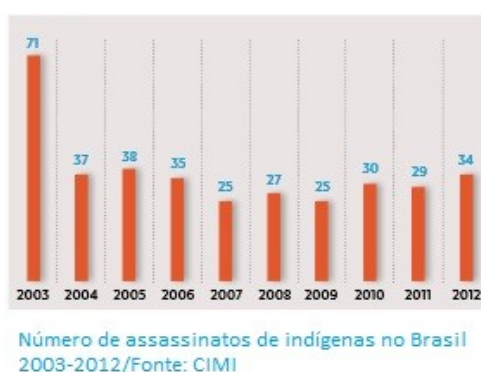
As causas deste cenário deplorável de conflitos entre ativistas, corporações e agências governamentais são atribuídas à crescente exploração intensiva de recursos como madeira,

CONT.



água, petróleo, gás, ouro e outros minerais, além do desenvolvimento de obras de infraestrutura.

O relatório cita um estudo de 2012, elaborado pela Global Witness, que mostrou que dos 711 ativistas ambientais mortos devido a disputas pela terra no período 2002-2011, 365 assassinatos foram no Brasil.



Porém, dados do CIMI indicam que, considerando apenas indígenas, 563 foram mortos em nosso país entre 2003 e 2012.

A publicação da ONG norueguesa enfatiza ainda que os conflitos estão acontecendo mesmo com muitos dos países amazônicos, entre eles o Brasil, tendo assinado a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas – instituindo que estes grupos têm o direito de auto-determinação – e também a Convenção da Amazônia sobre Direitos Humanos.

“A distância entre teoria e prática é grande”, afirma o relatório.

Brasil

A ausência de consulta aos indígenas no desenvolvimento de usinas hidroelétricas é citada como um dos problemas no país.

A publicação nota a expansão do setor na Amazônia, com dezenas de usinas em construção e lembra que, em 2010, a presidente Dilma fechou um acordo com o Peru para a construção de 15 usinas no país vizinho, todas financiadas pelo BNDES. Assim como também a construção da BR-317, ou Rodovia Transoceânica, que liga ambos os países.

“Em comparação com o Banco Mundial, as diretrizes do BNDES sobre responsabilidade social e ambiental e direitos humanos são fracas”, nota o relatório, que também enfatiza o caso da usina de Belo Monte.

Como dois terços da Amazônia e mais de um terço de todos os remanescentes de florestas tropicais do mundo estão no Brasil, é de se esperar que conflitos existam. Porém, a tendência dos últimos anos tem sido assustadora.

CONT.



Assim como muitos ambientalistas vêm ressaltando recentemente, o relatório enfatiza que apesar da redução do desmatamento em 80% entre 2004 e 2012, este índice está agora sendo revertido, assim como os ganhos em termos de legislação e políticas.

“O Brasil tem, ao longo dos últimos anos, apresentado ataques sistemáticos aos direitos indígenas e à legislação sobre áreas protegidas, vindos de vários grupos de interesse e em diversos níveis”, pondera a publicação.

O cenário para os indígenas nos últimos anos não tem se mostrado nada animador. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), no Brasil, atualmente há 83 propostas legislativas no Congresso que ameaçam os territórios indígenas, sendo que 75% deles enfrentam “ameaças concretas”.

“Alguns pesquisadores estão sugerindo que a nova Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) seja, na prática, uma tentativa de operacionalizar o direito dos povos indígenas à consulta”, nota o relatório.

Petróleo no Peru

Um caso no Peru é muito ilustrativo da situação crítica que os povos da Amazônia vêm enfrentando.

Por 30 anos, uma empresa norte-americana chamada Occidental Petroleum liberou, sob protestos, efluentes tóxicos nos cursos d’água de uma região que abrigava seis grupos indígenas. Taxas anormais de câncer e doenças de pele tomaram conta das tribos, porém o governo tem planos de expandir a produção de petróleo na região em 2015.

No Peru, desde 2008, o índice de conflitos sociais triplicou, sendo dois terços identificados como socioambientais, aponta a publicação.

Recomendações

O relatório termina com uma série de recomendações para o governo da Noruega, lembrando que além do papel de apoiador de organizações indígenas, ambientalistas e de direitos humanos e da proteção da floresta, o país também é um grande investidor em empresas que são responsáveis pelos casos relatados.

Entre as sugestões:

O fortalecimento da perspectiva de direitos humanos nas políticas de desenvolvimento da Noruega;

Dialogar com os países para darem apoio a ativistas e ao trabalho com direitos humanos na Amazônia;

Aumentar o apoio aos povos indígenas e outros grupos vulneráveis;

Garantir a alienação das holdings do Fundo de Pensão do Governo responsáveis por abusos sociais e ambientais na Amazônia;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

Buscar estabelecer uma linha de financiamento separada para as organizações indígenas no Fundo Amazônia;

Garantir que todas as iniciativas de REDD+ que receberem apoio financeiro da Noruega respeitem os direitos dos povos indígenas.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Lideranças indígenas realizam o Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014

CIR – Com a iniciativa das organizações indígenas e indigenistas, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Instituto Socioambiental (ISA) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), será realizado a partir de amanhã, 20 e até o dia 22, o “Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas”, na comunidade indígena Tabalascada, região da Serra da Lua, município de Cantá, a 26 km de Boa Vista.

O objetivo do seminário é fazer um panorama do contexto atual dos projetos de mineração e hidrelétricas em terras indígenas, além de apresentar a realidade em outros Estados afetados com tais projetos, abrindo um debate entre as lideranças indígenas e os convidados. Uma discussão coletiva que busca como resultados, propostas e estratégias concretas que venham impedir o avanço das ameaças que têm causado grandes preocupações aos povos indígenas do Brasil em relação aos direitos indígenas, fortemente atacados pela bancada ruralista, agronegócio e Estado brasileiro.

Para os debates o evento conta com a presença de lideranças indígenas de Roraima, da Guiana e Venezuela, representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Haverá também a participação de representantes do Ministério Público Federal (MPF), do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e diversas instituições públicas locais.

Conforme a programação, no primeiro dia, pela manhã, haverá a mesa de debate com o tema sobre “Mineração em Terras Indígenas” e painel apresentando o “Projeto de Lei de Mineração”. Em seguida, o painel com dados sobre “Mineração em Roraima” e “Impactos nas Terras Indígenas”. Para esse debate, o evento conta com a presença de representantes do Ministério Público Federal, Conselho Indígena de Roraima (CIR), com a mediação do Instituto Socioambiental (ISA) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). À tarde, o debate continua com o assunto sobre “Hidrelétricas e Povos Indígenas” e o painel “Dados Gerais e Estatísticos”. O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e a Hutukara Associação Yanomami (HAY) mediam essa discussão.

No segundo dia, 21, o momento será destinado ao debate entre as lideranças indígenas que vão discutir o tema “Diálogos das Lideranças: Experiências e Visões Indígenas”. Participam dessa mesa, lideranças indígenas de Roraima, Guiana, Venezuela, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e as Organizações Indígenas locais.

Um momento que será destinado às lideranças indígenas das regiões diretamente ameaçadas com os projetos de mineração e construção de hidrelétrica, as terras indígenas Raposa Serra do Sol e Yanomami. Após as discussões haverá a composição dos Grupos de Trabalho (GTs). No último dia, 22, a apresentação das propostas e encaminhamentos do seminário.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

O seminário será mais um momento em que os povos indígenas, organizações indigenistas e entidades sociais irão apresentar as visões a respeito dos assuntos em pauta, assim como, reafirmar o posicionamento contrário a esses projetos que visam violar os direitos constitucionais.

O evento tem o apoio institucional de entidades como a CAFOD, Embaixada da Noruega, Fundação Tebtebba, Fundação Ford, e outras instituições parceiras.



Análise de conjuntura da CNBB sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.05.2014

Os povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, juntamente com seus direitos territoriais e culturais vêm sofrendo sérias ameaças por parte do Estado brasileiro e de suas classes dominantes. O Congresso Constituinte (1986-1988), por ter se constituído num desaguadouro das lutas populares que colocaram abaixo a ditadura civil-militar, foi sensível ao reconhecimento, pela nossa Constituição Federal, dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, de outros segmentos minoritários e da necessidade da proteção ambiental no país. As Disposições Constitucionais Transitórias chegaram a estabelecer o período de cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas.

Durante um longo período, particularmente nos anos 1980 e 1990, tivemos sucessivas crises econômicas no Brasil e no mundo e a comunidade internacional viveu o fim da Guerra Fria e a abertura de um novo momento histórico, de valorização da diversidade cultural e do patrimônio ambiental de cada país. Os setores progressistas também deixaram de investir apenas nas lutas operárias, para reconhecerem o valor das lutas territoriais, culturais, ambientais e seus protagonistas populares.

Este conjunto de fatores propiciou que o Estado brasileiro, apoiado pela cooperação internacional, realizasse um amplo processo de demarcação das terras indígenas na região amazônica, com a participação ativa das próprias comunidades e de suas organizações. A falta de interesse por parte das grandes empresas naqueles territórios distantes dos centros econômicos permitiu que este processo fosse realizado de maneira relativamente tranquila. Além das terras indígenas foi possível avançar também na definição de áreas destinadas à proteção ambiental (parques nacionais, reservas biológicas) e iniciar o reconhecimento dos territórios quilombolas.

Durante a última década este cenário começou a mudar: a ênfase na retomada do crescimento econômico; a busca de exploração intensa dos territórios do interior do país; o surgimento de uma classe dominante no campo que associa o velho latifúndio ao agronegócio e aos interesses do capital financeiro; a mudança político-partidária no Congresso Nacional, que dá mais peso a estes novos setores oligárquicos; a simpatia da mídia, que reflete estes novos interesses, tudo isso fez com que a disputa territorial passasse a figurar no centro da nossa agenda política.

Estabeleceu-se uma forte contradição: enquanto os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais populações tradicionais eram cada vez mais reconhecidos no plano internacional e por setores da sociedade nacional, os setores hegemônicos na economia e na política nacionais passaram a desencadear uma ofensiva extremamente agressiva no sentido de desconstruir e anular estes mesmos direitos territoriais e culturais. A mesma ofensiva ocorre com o objetivo de desconstruir os avanços ocorridos na preservação dos nossos diferentes biomas, das nossas florestas e dos nossos rios.

CONT.



Enquanto a comunidade internacional se preocupa seriamente com a preservação ambiental como estratégia para reverter as mudanças climáticas, inclusive para proteger o planeta e a própria espécie humana, os setores hegemônicos hoje, na economia e na política nacionais, pretendem fazer tabula rasa dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, principais responsáveis pela preservação de nosso vasto patrimônio ambiental.

Dentro deste contexto se compreende a pressa com que os setores econômicos e políticos se mobilizam para aprovar a PEC 215, que retira o poder de demarcação das terras indígenas do Poder Executivo e o transfere para o Poder Legislativo, além de permitir a revisão e anulação de todas as demarcações já feitas e a extinção de todos os territórios quilombolas e áreas de proteção ambiental.

As "audiências públicas" que estão sendo realizadas no interior do país para "debater a PEC 215" mais parecem um teatro para se divulgar um discurso pré-constitucional, onde a visão integracionista, que se acreditava superada na nossa história, volta com toda a força. Segundo esta visão, não é mais necessário demarcar terras indígenas, pois o desejável é a "integração definitiva dos indígenas na sociedade nacional". Além da PEC 215 existem outras proposições legislativas que também pretendem restringir ou anular os direitos dos povos indígenas, além de ações no Supremo Tribunal Federal para extinguir os direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

Paralelamente a este ataque sistemático por parte da nova oligarquia agrária-empresarial-financeira do país, percebe-se que o Estado não está aparelhado de forma adequada para demarcar e proteger os territórios dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais, nem para defender as áreas de proteção ambiental. Faltam recursos humanos, materiais e financeiros, além de estruturas governamentais eficientes, para que estes territórios sejam protegidos de maneira adequada, como manda a nossa Constituição Federal.

O embate que testemunhamos cotidianamente na mídia, nas redes sociais, nas ruas, no Congresso Nacional, no Poder Judiciário, no interior do Governo e nos territórios do interior do país é um embate de dimensões históricas. Neste embate não se disputa apenas a demarcação de uma ou outra terra indígena; a titulação de uma ou outra comunidade quilombola; o reconhecimento de uma ou outra população tradicional; a proteção de uma ou outra reserva biológica.

Neste embate se disputa uma concepção de país: uma concepção baseada nos direitos territoriais, culturais e ambientais do conjunto do nosso povo, ou uma concepção baseada nos interesses imediatos das nossas elites econômicas.

Essa realidade nos coloca ao menos cinco grandes desafios:

1. A sociedade brasileira precisa conhecer a história e a situação atual dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das populações tradicionais, também conhecer a história e a situação atual das áreas de proteção ambiental.

CONT.



2. A sociedade brasileira tem o direito de se pronunciar com relação às ameaças que todos estes povos e territórios sofrem por parte de segmentos da própria sociedade e do Estado, pois é uma possibilidade de destino do nosso país que se encontra hoje seriamente ameaçada.

3. A sociedade brasileira está desafiada a criar novos canais de participação e redes de solidariedade que garantam os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais, assim como os direitos do conjunto da população em ter as áreas ambientais públicas protegidas.

4. O Estado brasileiro, através dos três poderes da República, é desafiado a cumprir com o mandato constitucional que manda proteger os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os segmentos mais frágeis da população e proteger o patrimônio ambiental do país.

5. A aprovação da PEC 215 pelo Congresso Nacional é uma ameaça real aos direitos constitucionais dos povos indígenas, de todos os pobres do campo e aos direitos da natureza, além de significar uma anulação de parte significativa da contribuição da CNBB, através de Dom Luciano Mendes de Almeida, ao processo constituinte e à Constituição Federal aprovada em 1988. O que se pode fazer para que este grave retrocesso institucional não ocorra no país?



Presidente da CNA reúne-se com ministro da Justiça para discutir invasão de terras produtivas por indígenas

SÍTIO RURAL CENTRO, 19.05.2014

Quarenta e sete mil hectares invadidos na Bahia. Produtores rurais impedidos de retornar para propriedades que são suas, no Mato Grosso do Sul. Ameaças à produção agropecuária e aos centros urbanos em todo o país. Esta realidade de conflitos agrários que se ampliam a cada dia foi apresentada pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e pelos presidentes das federações da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), João Martins da Silva Júnior; e do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Eduardo Riedel, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Reunidos nesta quarta-feira (14/05), em Brasília, para discutir os conflitos envolvendo demandas indígenas, as lideranças do setor produtivo apresentaram detalhes sobre a situação nos dois estados e pediram ao ministro que adote providências para resolver o problema e garantir a segurança jurídica no campo, essencial à manutenção da atividade agropecuária. "É preciso defender o estado de direito e impedir que se cometa uma injustiça com os produtores que há muitos anos vivem em terras agora reivindicadas pela Funai (Fundação Nacional do Índio)", defendeu a presidente da CNA.

Durante a reunião, o presidente da FAMASUL apresentou ao ministro laudos técnicos referentes às propriedades rurais pleiteadas pela Funai para ampliação da Terra Indígena Buriti, que hoje tem 2.090 hectares e abriga cerca de 5 mil índios da etnia Terena. O pleito é para ampliar em mais de oito vezes o tamanho da área, localizada nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, para 17 mil hectares. Em maio de 2013, os indígenas expulsaram os produtores de soja e milho e os criadores de gado de 26 fazendas da região e ocuparam todos os limites pleiteados no estudo antropológico conduzido pela Funai.

Apesar de a Justiça ter reconhecido em julgamento de segunda instância que não se trata de território tradicionalmente indígena, como reivindica o grupo, ele continua ocupado de forma irregular. Diante do posicionamento do Poder Judiciário, o governo federal se dispôs a comprar as áreas dos produtores e entregá-las aos indígenas. A compra das terras invadidas pelos indígenas demandaria R\$ 130 milhões, conforme comprovam os laudos técnicos de avaliação.

A situação também é grave na Bahia, onde mais de 100 propriedades rurais estão invadidas numa extensão contígua de 47 mil hectares nos municípios de Iheus, Una e Buerarema. A Funai reivindica essas áreas para abrigar pouco menos de três mil indígenas autodeclarados Tupinambás.

A grande maioria dos produtores da região é de pequenos e médios proprietários. Eles produziam cacau e outros itens agrícolas de subsistência, relatou o presidente da FAEB. Segundo João Martins da Silva Júnior, as ameaças vão além do setor produtivo, pois muitos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 86/ 2014

Brasília, 19 de maio de 2014.

espaços invadidos e reivindicados são urbanos. Olivença, distrito do município de Ilhéus, está entre as áreas reivindicadas por indígenas Tupinambá, que pleiteiam toda a expansão do município hoje habitado por 7.336 pessoas, incluindo as edificações de igrejas, prefeitura, hospital, bancos e comércio.

Além da Terra Indígena Buriti, no Mato Grosso do Sul, as áreas em que os conflitos são mais graves estão localizadas em 26 municípios do sul do estado. Em todos esses municípios, incluindo Dourados, segunda maior cidade sul-mato-grossense, há fazendas produtivas invadidas. A área já demarcada soma, aproximadamente, 850 mil hectares e a Funai pleiteia mais um milhão de hectares no chamado Cone Sul do Estado, meta prevista num Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) assinado pela Funai com o Ministério Público Federal (MPF) em 2007.



Liderança indígena terena sofre atentado a tiros em aldeia no interior de MS

SÍTIO MIDIAMAX, 19.05.2014

O índio Paulino Terena sofreu nesta segunda-feira (19), por volta das 4 horas, um atentado na aldeia de Miranda – a 203 quilômetros de Campo Grande, onde mora. Um dos tiros atingiu sua perna e os demais o seu carro. Ele foi socorrido por lideranças e encaminhado para o hospital da cidade.

De acordo com o advogado do Conselho Indigenista Missionário, Luiz Henrique Eloy Amado, essa é a segunda vez que o líder sofre um atentado. Segundo o advogado, em dezembro tentaram queimá-lo e atear fogo em sua casa.

Por esse motivo, ele foi enviado para Brasília para ficar em proteção e faz uns dois meses que retornou para a aldeia. Eloy explicou que por ele ser uma liderança de retomada de terras constantemente é ameaçado.

Até o momento o autor dos disparos não foi identificado.